



CLEBER MASSON
ERNANI VILHENA JR.

PRÁTICA



**PENAL, CIVIL E
TUTELA COLETIVA
MINISTÉRIO
PÚBLICO**

6^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



gen

EDITORA
MÉTODO

- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 02.02.2022
- Os Autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale

■ **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M372d
6ed.

Masson, Cleber, 1976-

Prática penal, civil e tutela coletiva: Ministério Público / Cleber Masson, Ernani Vilhena Jr. – 6. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Método, 2022.
416 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-426-1

1. Brasil. Ministério Público Federal. 2. Processo penal – Brasil. 3. Processo civil – Brasil. 4. Prática forense. 5. Tutela jurisdicional. 6. Ações coletivas (Processo civil) – Brasil. 7. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Vilhena Junior, Ernani de Menezes. II. Título.

22-75566

CDU: 342.518:343.2(81)

Camila Donis Hartmann – Bibliotecária – CRB-7/6472

SUMÁRIO

PARTE I REDAÇÃO JURÍDICA E CONCURSO PÚBLICO

1	A REDAÇÃO JURÍDICA	3
1.1	A nova redação jurídica.....	3
1.2	Síntese, clareza e objetividade	3
1.3	Orações intercaladas.....	3
1.4	Introdução, desenvolvimento e conclusão.....	4
1.5	Redação impessoal	4
1.6	Copiar e colar	6
1.7	Grifado, negrito e destaques.....	6
1.8	Tópicos	6
1.9	Doutrina e julgados	7
1.10	Modelos.....	7
1.11	Expressões indesejáveis	8
1.12	Abreviaturas	8
1.13	Grafia de data e hora	9
1.14	Latim.....	9
1.15	Alguns conceitos básicos.....	10
2	DICAS PARA O CONCURSO	13
2.1	A boa comunicação.....	13
2.2	Comunicação escrita (a dissertação).....	13
2.2.1	Estrutura	14
2.2.1.1	Introdução	14
2.2.1.2	Desenvolvimento.....	14
2.2.1.3	Conclusão.....	14
2.3	Comunicação verbal (a prova oral)	17
2.4	A apresentação pessoal	19
2.5	Não é preciso saber tudo.....	19

2.6	Por onde começar o estudo.....	20
-----	--------------------------------	----

PARTE II – PRÁTICA PENAL

3	FASE PRÉ-PROCESSUAL	23
3.1	Juiz das garantias.....	23
3.2	Requisição para instauração de inquérito policial.....	23
3.3	Procedimento Investigatório Criminal (PIC).....	25
3.4	Manifestação quando da prisão em flagrante.....	27
3.5	Manifestação em pedido de prazo para conclusão do inquérito policial.....	30
3.6	Manifestação em pedido de busca domiciliar.....	32
3.7	Manifestação em pedido de interceptação telefônica.....	32
3.8	Manifestação em pedido de prisão temporária.....	34
3.9	Pedido de suspensão de CNH – Carteira Nacional de Habilitação.....	34
3.10	Medidas protetivas de urgência em situações de violência doméstica.....	35
3.11	Arquivamento do inquérito policial.....	37
3.11.1	Previsão legal.....	37
3.11.2	Natureza jurídica.....	37
3.11.3	Terminologia.....	38
3.11.4	Estrutura.....	38
3.11.4.1	Relatório.....	38
3.11.4.2	Análise da prova.....	38
3.11.4.3	Conclusão.....	39
3.11.5	Peças de informação e outros procedimentos investigatórios.....	40
4	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	43
4.1	Acordo de não persecução penal (ANPP).....	43
4.1.1	Pressupostos para o ANPP.....	43
4.1.2	Requisitos do ANPP.....	44
4.1.3	Oportunidade para o oferecimento de ANPP.....	44
4.1.4	Recusa do Ministério Público em celebrar o ANPP.....	44
4.1.5	Recusa do Judiciário em homologar o ANPP.....	45
4.1.6	Termo de ANPP.....	45
5	DENÚNCIA	49
5.1	Conceito.....	49
5.2	Autor da denúncia.....	49
5.3	Objetivo.....	49
5.4	Terminologia.....	49
5.5	Conteúdo.....	49
5.6	Justa causa.....	51

5.7	Limites	51
5.8	Estrutura.....	51
5.9	O concurso de agentes.....	55
5.9.1	Coautoria	55
5.9.1.1	O uso do art. 29, <i>caput</i> , do Código Penal.....	56
5.9.1.1.1	Crimes unissubjetivos, unilaterais ou de concurso eventual.....	56
5.9.1.1.2	Crimes plurissubjetivos, plurilaterais ou de concurso necessário	56
5.9.1.1.3	Crimes acidentalmente coletivos	57
5.9.2	Participação.....	58
5.9.3	Coautoria ou participação de pessoa desconhecida ou inimputável..	58
5.9.4	Autoria mediata.....	59
5.9.4.1	Conceito.....	59
5.9.4.2	Terminologia	60
5.10	Concurso de crimes	60
5.10.1	Concurso material.....	61
5.10.2	Concurso formal.....	62
5.10.3	Crime continuado.....	64
5.10.4	Combinação de concursos de crimes na mesma denúncia	66
5.10.4.1	Crime continuado + crime continuado.....	66
5.10.4.2	Concurso material + concurso formal + crime continuado.....	69
5.11	Tentativa.....	72
5.12	O elemento subjetivo.....	73
5.12.1	O dolo.....	73
5.12.2	O dolo eventual.....	74
5.12.3	A culpa	75
5.12.4	O crime preterdoloso.....	76
5.13	Crimes omissivos impróprios.....	77
5.14	Detalhes importantes sobre os principais crimes do Código Penal.....	78
5.14.1	Homicídio	78
5.14.2	Lesão corporal (violência doméstica).....	78
5.14.3	Crimes contra a honra	79
5.14.4	Furto	80
5.14.5	Roubo.....	81
5.14.6	Dano	82
5.14.7	Apropriação indébita	83
5.14.8	Estelionato	84
5.14.9	Estelionato na modalidade de fraude no pagamento por meio de cheque	85

5.14.10	Receptação dolosa.....	86
5.14.11	Receptação qualificada.....	87
5.14.12	Estupro.....	88
5.14.13	Associação criminosa.....	89
5.14.14	Falsidade ideológica.....	91
5.14.15	Uso de documento falso.....	92
5.14.16	Desacato.....	93
5.14.17	Falso testemunho.....	93
5.15	Alguns crimes da legislação penal extravagante.....	95
5.15.1	Código de Trânsito: homicídio e lesão corporal na direção de veículo automotor.....	95
5.15.2	Código de Trânsito: embriaguez ao volante.....	96
5.15.3	Tráfico de drogas.....	97
5.15.4	Estatuto do Desarmamento: posse e porte de arma de fogo.....	99
5.16	A cota de oferecimento da denúncia.....	99
5.16.1	Esclarecimentos sobre a denúncia.....	100
5.16.2	Proposta de suspensão condicional do processo (crimes de médio potencial ofensivo).....	101
5.16.3	Arquivamento do inquérito policial em relação a outro indiciado ou a outra infração penal.....	102
5.16.4	Apreciação de pedidos de prisão preventiva e sua revogação, e de restituição de coisa apreendida.....	104
5.16.5	Diligências complementares.....	104
5.16.6	Dicas finais para a elaboração da cota de oferecimento da denúncia.....	105
6	A FASE PROCESSUAL.....	109
6.1	Suspensão do processo após a citação por edital.....	109
6.2	Suspensão condicional do processo.....	110
6.3	Resposta à defesa escrita.....	113
6.4	Aditamento da denúncia.....	116
6.5	O incidente de insanidade mental ou de dependência química do acusado... ..	117
6.6	A oitiva da vítima e das testemunhas em audiência.....	122
7	MEMORIAL.....	123
7.1	Conceito.....	123
7.2	Previsão legal.....	123
7.3	Terminologia.....	123
7.4	Estrutura.....	124
7.4.1	Relatório: crimeatos do procedimento.....	124
7.4.2	Análise da prova e do direito.....	124
7.4.3	Pedido.....	132

7.4.3.1	A pena-base	132
7.4.3.2	Agravantes e atenuantes	133
7.4.3.3	As causas de aumento e diminuição da pena.....	133
7.4.3.4	O regime inicial de cumprimento da pena.....	134
7.4.3.5	A indicação da pena adequada.....	134
7.4.3.6	As penas de caráter pecuniário	134
7.4.3.7	Os efeitos da condenação.....	135
7.4.3.8	A conversão da pena privativa de liberdade	136
8	RECURSOS	141
8.1	Conceito	141
8.2	Espécies	141
8.3	Terminologia	142
8.4	Juízo de retratação	142
8.5	Desistência.....	142
8.6	Petição de interposição	143
8.7	As razões recursais.....	144
8.8	Os recursos em espécie.....	148
8.8.1	Apelação.....	148
8.8.1.1	Objeto	148
8.8.1.2	Cabimento.....	148
8.8.1.3	Juízo de retratação	148
8.8.1.4	Petição de interposição e razões de recurso	148
8.8.1.5	Abrangência	148
8.8.2	Recurso em sentido estrito.....	149
8.8.2.1	Objeto	149
8.8.2.2	Cabimento.....	149
8.8.2.3	Formação.....	150
8.8.2.4	Juízo de retratação	151
8.8.2.5	Efeito suspensivo	151
8.8.2.6	Petição de interposição e razões de recurso	151
8.8.2.7	Razões de recurso	152
8.8.3	Agravo em execução.....	156
8.8.3.1	Objeto	156
8.8.3.2	Cabimento.....	156
8.8.3.3	Processamento.....	156
8.8.3.4	Efeito suspensivo	156
8.8.3.5	Juízo de retratação	157
8.8.3.6	Petição de interposição e razões de recurso	157
8.8.4	Carta testemunhável.....	160

8.8.4.1	Objeto	160
8.8.4.2	Cabimento.....	161
8.8.4.3	Formação e processamento.....	161
8.8.4.4	Juízo de retratação	161
8.8.4.5	Petição de interposição e razões de recurso	161
8.8.4.6	Razões de recurso	162
8.8.5	Embargos de declaração.....	164
8.8.5.1	Objeto	164
8.8.5.2	Cabimento.....	164
8.8.5.3	Interposição.....	164
8.8.5.4	Interrupção do prazo para recurso	165
8.8.5.5	Juízo de retratação	165
8.8.5.6	Petição	165
8.8.6	Correição parcial.....	166
8.8.6.1	Objeto e cabimento	166
8.8.6.2	Processamento	166
8.8.6.3	Juízo de retratação	166
8.8.6.4	Petição de interposição	167
8.8.6.5	Razões de recurso	168
8.8.7	Mandado de segurança.....	170
8.8.7.1	Objeto	170
8.8.7.2	Cabimento.....	170
8.8.7.3	Interposição.....	170
8.8.7.4	Natureza e legitimidade.....	170
8.8.7.5	Petição	171
8.8.8	<i>Habeas corpus</i>	174
8.8.8.1	Objeto	174
8.8.8.2	Cabimento e legitimidade	174
8.8.8.3	Petição	174
8.9	Contrarrazões	175
8.9.1	Conceito.....	175
8.9.2	Terminologia.....	175
8.9.3	Oferecimento	175
8.9.4	Estrutura	175
9	CRIMES DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	179
9.1	Denúncia	179
9.1.1	Conteúdo	179
9.1.2	Utilização de expressões do questionário.....	179
9.1.3	Qualificadoras	179

9.1.4	Homicídio privilegiado.....	180
9.1.5	Rito processual e pedido.....	180
9.2	Memorial.....	181
9.2.1	Estrutura.....	181
9.2.1.1	Relatório.....	181
9.2.1.2	Análise da prova.....	182
9.2.1.2.1	Pronúncia.....	182
9.2.1.2.1.1	Pedido.....	184
9.2.1.2.2	Impronúncia.....	184
9.2.1.2.2.1	Pedido.....	185
9.2.1.2.3	Absolvição sumária.....	185
9.2.1.2.3.1	Pedido.....	186
9.2.1.2.4	Desclassificação.....	187
9.2.1.2.4.1	Pedido.....	188
9.3	Plenário.....	188
9.3.1	Três verdades fundamentais.....	188
9.3.2	A oitiva da vítima e testemunhas em plenário.....	189
9.3.3	Debates.....	189
9.3.3.1	Função de cada um dos personagens do júri.....	189
9.3.3.2	Assimilação das ideias.....	190
9.3.3.3	Sequência lógica.....	190
9.4	Recursos.....	192
9.4.1	Recurso em sentido estrito.....	192
9.4.2	Apelação.....	193
10	JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.....	195
10.1	Termo Circunstanciado (TC).....	195
10.1.1	Análise do TC.....	195
10.2	Representação.....	195
10.3	Proposta de transação penal.....	195
10.3.1	Adequação.....	195
10.3.1.1	Possibilidade de cumprimento.....	196
10.3.1.2	Condições financeiras do autor do fato.....	196
10.3.1.3	Destinatário da prestação pecuniária.....	196
10.3.1.4	Pertinência com a infração.....	196
10.3.1.5	Interdição temporária de direito.....	196
10.3.2	Carta precatória.....	197
10.4	Arquivamento.....	198
10.4.1	Previsão legal.....	198
10.4.2	Terminologia.....	198

10.4.3	Conclusão.....	198
10.5	Denúncia.....	199
10.6	Memorial.....	200
10.6.1	Previsão legal.....	200
10.6.2	Relatório.....	201
10.7	Recursos.....	201
11	A PEÇA PRÁTICA PENAL EM CONCURSOS.....	203
	Noções Gerais.....	203
11.1	Tema.....	203
11.2	Limitações de tempo e fontes de consulta.....	203
11.3	Organização.....	203
11.4	Objetivos do examinador.....	203
11.5	Análise de provas.....	204
11.5.1	Prova da 2ª fase do 89º Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo, em 2012.....	204
11.5.2	Prova escrita especializada da banca de Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Eleitoral.XXXI Concurso para Ingresso na Classe Inicial da Carreira do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – 15.11.2009.....	212
11.5.3	Prova da 2ª fase do 85º Concurso de Ingresso à Carreira do Ministério Público do Estado de São Paulo, em 2006.....	217

PARTE III – PRÁTICA CIVIL

12	O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA.....	225
12.1	Postura.....	225
12.2	Espécies de manifestações.....	226
12.2.1	Cotas e manifestações em geral.....	226
12.2.2	Parecer ou razões finais.....	226
12.2.2.1	Conceito.....	226
12.2.2.2	Terminologia.....	226
12.2.2.3	Estrutura.....	227
12.2.2.3.1	Relatório.....	227
12.2.2.3.2	Análise da prova e do direito.....	228
12.2.2.3.3	O pedido.....	229
12.3	Recursos.....	230
12.3.1	Espécies.....	230
12.3.1.1	Apelação.....	230
12.3.1.1.1	Terminologia.....	230
12.3.1.1.2	Estrutura.....	230

12.3.1.1.3	Interposição.....	230
12.3.1.1.4	Relatório.....	231
12.3.1.1.5	Análise da prova e do direito.....	232
12.3.1.1.6	Contrarrazões ou manifestação recursal.....	246
12.3.1.2	Agravo de instrumento.....	248
12.3.1.2.1	Interposição.....	249
12.3.1.2.2	Contrarrazões ou manifestação recursal.....	255
12.3.1.3	Embargos de declaração.....	255
12.3.1.3.1	Forma de interposição.....	256
12.4	Hipóteses de atuação.....	257
12.5	Prazos.....	258
12.6	Momento da intervenção.....	258
13	O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO AUTOR.....	259
13.1	Questões recorrentes de direitos individuais.....	259
13.2	Legitimidade concorrente.....	260
13.3	Infância e juventude.....	260
13.4	Manifestações como autor.....	260
13.5	Ônus do Ministério Público × impulso oficial.....	260
13.6	Petição inicial.....	260

PARTE IV – TUTELA COLETIVA

ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

14	OS PROCEDIMENTOS EM ESPÉCIE.....	265
14.1	Notícia de fato.....	265
14.1.1	Conceito.....	265
14.1.2	Prazo.....	265
14.1.3	Diligências preliminares.....	265
14.1.4	Distribuição e registro.....	265
14.1.5	Espécies.....	266
14.1.5.1	Representação.....	266
14.1.5.1.1	Requisitos da representação.....	266
14.1.5.1.2	Complementação da representação.....	268
14.1.5.1.3	Representação anônima.....	268
14.1.5.1.4	Representação com múltiplos objetos.....	268
14.1.5.1.5	Relacionamento com o representante.....	269
14.1.5.1.6	Processamento da representação.....	270
14.1.5.2	Peças de informação.....	270
14.1.5.2.1	Características.....	270

14.1.5.2.2	Origem das peças de informação.....	270
14.1.5.2.3	Peças de informação e representação	271
14.1.5.2.4	Homologação do arquivamento das peças de informação	271
14.1.5.2.5	Dispensabilidade do inquérito civil.....	272
14.1.5.3	Notícia.....	272
14.1.6	Arquivamento da notícia de fato (indeferimento da representação)..	272
14.1.6.1	Recurso contra indeferimento de representação	275
14.2	Procedimento administrativo	276
14.2.1	Conceito.....	276
14.2.2	Previsão normativa.....	276
14.2.3	Objeto	276
14.2.3.1	Acompanhar o cumprimento de TAC.....	277
14.2.3.2	Fiscalizar instituições	279
14.2.3.3	Acompanhamento de políticas públicas	280
14.2.3.4	Apuração de ofensa a interesses individuais indisponíveis	281
14.2.4	Prorrogação de prazo do procedimento administrativo.....	284
14.2.4.1	Procedimento administrativo de fiscalização.....	284
14.2.4.2	Procedimento administrativo para apuração de ofensa a interesses individuais indisponíveis.....	285
14.2.5	O arquivamento do procedimento administrativo.....	286
14.3	Procedimento preparatório de inquérito civil	287
14.3.1	Conceito.....	287
14.3.2	Cabimento	288
14.3.3	Previsão normativa.....	288
14.3.4	Instauração	289
14.3.5	Prorrogação de prazo do procedimento preparatório.....	291
14.3.6	Encerramento do procedimento preparatório de inquérito civil	292
14.3.6.1	Conversão em inquérito civil.....	292
14.3.6.2	Arquivamento.....	294
14.4	Inquérito civil.....	294
14.4.1	Conceito.....	294
14.4.2	Previsão legal	295
14.4.3	Instauração	295
14.4.3.1	Inquérito civil instaurado em razão de representação	295
14.4.3.2	Inquérito civil instaurado em razão de peças de informação	298
14.4.3.3	Inquérito civil instaurado em razão de notícia.....	300
14.4.3.4	Indicação do objeto da investigação.....	302
14.4.3.5	Múltiplos objetos para a investigação	302

14.4.3.6	Limitação do objeto no tempo	303
14.4.3.7	Aditamento da portaria	303
14.4.4	Investigação.....	304
14.4.4.1	Obtendo informações do investigado.....	304
14.4.4.2	Oitiva do investigado em declarações	304
14.4.4.3	Requisitando informações do investigado	306
14.4.4.4	Requisição de documentos e requisição de informações.....	306
14.4.4.5	Prova pericial.....	308
14.4.4.6	Compartilhamento de provas	309
14.4.4.7	Quebra de sigilo bancário e fiscal.....	309
14.4.4.8	Carta precatória	317
14.4.5	Prorrogação de prazo do inquérito civil	318
14.4.6	Organização do inquérito civil.....	320
14.4.6.1	Formação de apensos.....	320
14.4.6.2	Apenso para documentos repetidos.....	320
14.4.6.3	Documentos conexos, alheios ao objeto da investigação	320
14.4.6.4	Documentos em meio digital.....	320
14.4.7	Recurso contra instauração de inquérito civil.....	321
14.4.8	O sigilo no inquérito civil.....	325
14.4.8.1	Diferença entre sigilo e não publicidade	327
14.4.9	O arquivamento do inquérito civil.....	329
14.4.9.1	O arquivamento parcial do inquérito civil.....	332
14.4.9.2	O desarquivamento do inquérito civil.....	332
15	RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	335
15.1	Conceito	335
15.2	Fundamento legal.....	335
15.3	Características.....	336
15.3.1	Extrajudicial	336
15.3.2	Procedimental	336
15.3.3	Corretiva	336
15.3.4	Preventiva.....	337
15.3.5	Cognitiva.....	337
15.3.6	Unilateral	337
15.3.7	Preliminar.....	337
15.3.8	Suspensiva	337
15.4	Objeto	337
15.5	Destinatário	337
15.6	Resolução.....	338

15.7	Recomendação expedida em inquérito civil.....	338
16	ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL	341
16.1	Acordo de não persecução cível (ANPC).....	341
16.2	Previsão normativa.....	341
16.3	Pressupostos de validade do ANPC.....	341
16.4	Requisitos para o ANPC	342
16.5	Oportunidade para o oferecimento de ANPC	344
16.6	Termo de ANPC celebrado antes do ajuizamento de ação.....	344
16.7	Termo de ANPC celebrado no curso da ação	349
17	TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	351
17.1	Conceito	351
17.2	Fundamento legal.....	351
17.3	Características.....	351
17.3.1	Extrajudicial.....	351
17.3.2	Procedimental	352
17.3.3	Bilateral.....	352
17.4	Objeto e limites	352
17.5	Abrangência.....	352
17.6	Astreinte.....	352
17.7	Destinação de indenizações e multas.....	352
17.8	Termo de ajustamento de conduta firmado para a implantação de serviço de saúde.....	353
ATUAÇÃO EM JUÍZO		
18	AÇÃO CIVIL PÚBLICA	355
18.1	Conceito	355
18.2	Previsão legal.....	355
18.3	Legitimidade	355
18.4	Foro competente	355
18.5	Ônus do Ministério Público × impulso oficial.....	355
18.6	Objetos excluídos.....	356
18.7	Petição inicial e procedimento.....	356
19	AÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL PORATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	363
19.1	Conceito	363
19.2	Nomenclatura.....	363
19.3	Previsão legal.....	363
19.4	Legitimidade	363

19.5 Foro competente	363
19.6 Prescrição.....	364
19.7 Acordo de não persecução cível	364
19.8 Ônus do Ministério Público × impulso oficial.....	364
19.9 Petição inicial e procedimento.....	365
20 ATUAÇÃO PREVENTIVA.....	377
20.1 Conceito	377
20.2 Identificação do problema	377
20.3 Processo estrutural, trabalho em rede e com a comunidade	377
20.4 Atuação preventiva na esfera criminal	378
20.4.1 Álcool e drogas.....	378
20.4.2 Fiscalização do cumprimento de prisão albergue domiciliar	379
20.4.3 Atuação conjunta com as Polícias Militar e Civil	379
20.4.4 Mapeamento do crime	379
20.4.5 Cercamento e monitoramento digital.....	379
20.4.6 Estratégias de urbanismo	380
20.4.7 Violência doméstica.....	380
20.5 Atuação preventiva na tutela de interesses difusos e coletivos.....	381
20.5.1 Patrimônio público	381
20.5.1.1 Transparência	381
20.5.1.2 Controle interno	381
20.5.2 Infância e juventude	381
20.5.2.1 Qualidade da escola pública.....	381
20.5.2.2 Conselhos municipais	382
20.5.3 Urbanismo e meio ambiente.....	382
20.5.3.1 Coleta seletiva.....	382
20.5.3.2 Ocupações irregulares e loteamentos clandestinos.....	382
20.6 A mais importante atuação multidisciplinar	382
BIBLIOGRAFIA.....	385